

com nossos progressos

da economia brasileira e prometem condições melhores na negociação da dívida

Credores animados

Representantes de três bancos internacionais elogiam os bons resultados

Diretores de dois dos mais importantes bancos da Europa e um dos EUA se manifestaram ontem otimistas quanto à renegociação da dívida externa brasileira. Um deles — Jacques de Mandat-Grancey, diretor para América Latina, África e Oriente Médio do Midland Bank, da Inglaterra — chegou a dizer que essa instituição está disposta a apoiar qualquer pedido do Brasil para obter novos empréstimos. O diretor do Dresdner Bank, da Alemanha, Hans Friedrichs, também está entusiasmado com os progressos do País.

O vice-presidente senior do Bank of America — segundo principal credor do Brasil — Joel Korn, esteve ontem com o presidente e o diretor da área bancária do Banco Central, Afonso Celso Pastore e José Luiz Silveira Miranda, respectivamente, e considerou “bastante positiva” a quase confirmação de que o País não pedirá dinheiro novo aos bancos internacionais, na próxima etapa de renegociação da dívida brasileira que começa no dia 5 de novembro. “É uma notícia que satisfaz e deixa os banqueiros tranquilos” — confessou o dirigente do segundo maior banco do mundo.

Embora os bancos e o governo brasileiro só iniciem na próxima segunda-feira a avaliação técnica das necessidades do País para o fechamento das contas externas dos próximos anos, Korn apontou as razões que podem levar o Brasil a dispensar o pedido de recursos novos: nível de reservas acumuladas; tendência de baixa dos juros; perspectiva de que a economia norte-americana manterá crescimento de 3 a 3,5% em 1985, o que favorece o aumento das exportações brasileiras; maior oferta de crédito comercial ao Brasil, e fortalecimento do poder de barganhar menor spread — taxa de risco — e comissões e obter maior prazo de carência e amortização na rolagem dos compromissos a vencer.

Depois de almoçar com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, em Brasília, Mandat-Grancey comentou que a principal condição para que o Midland dê apoio a novos pedidos brasileiros é que continuem as atuais perspectivas de melhoria da economia nacional.

O banqueiro inglês concordou que, se o Brasil não solicitar recursos novos, certamente receberá mais benefícios em termos de condições e prazos de pagamentos. Defendeu a ida do País ao Clube de Paris para renegociar a dívida a

vencer junto a países industrializados. Mas destacou que o próprio tempo da renegociação vai favorecer o Brasil, na medida em que surgirem fatos novos na economia brasileira. Salientou também os resultados já alcançados, mencionando o superávit comercial de US\$ 12 bilhões como extremamente animador.

Também destacou que o resultado do déficit em transações correntes este ano, previsto inicialmente para US\$ 5 bilhões, deve ser inferior a US\$ 3 bilhões. A respeito da participação de representantes da oposição na renegociação da dívida externa, foi incisivo: vamos renegociar com quem estiver no governo.

Sobre a capitalização de juros, o banqueiro inglês foi enfático: “Trata-se mais de uma posição acadêmica, porque quando emprestamos é para pagar os juros. Só contabilmente é que existe alguma diferença para os bancos norte-americanos”.

Sexto maior credor brasileiro, o Midland Bank tem emprestado ao Brasil US\$ 2 bilhões e é sócio minoritário (47%) de uma empresa de arrendamento mercantil com o Bamerindus, de Curitiba. O capital da empresa foi aumentado este ano em US\$ 4 bilhões.

Alemanha

Outro representante de um banco estrangeiro — Hans Friedrichs, diretor do Dresdener Bank, o segundo maior da Alemanha, é também ex-ministro da Economia do país — falou sobre a dívida externa durante reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica. E previu melhores condições para o Brasil renegociar com seus credores, já que a situação, segundo ele, melhorou muito com o superávit da balança comercial. “Chegaremos a resultados racionais em prazos médios”, comentou ele, dizendo que está “sentindo no ar” essas condições.

O ex-ministro não concorda com uma comparação específica entre os casos do Brasil e do México: “As condições proporcionadas ao México são boas para o México. O Brasil tem que levar em conta as peculiaridades de sua própria situação. Pessoalmente, não sou a favor da capitalização de juros. E, sem colocar em ação dinheiro novo, é mais fácil chegar à negociação com os bancos, especialmente os pequenos. De qualquer forma, se o Brasil fizer um pedido nesse sentido isso deve ser visto racionalmente”.